

## Secretaria Regional do Mar e das Pescas

### Anúncio n.º 562/2022 de 30 de dezembro de 2022

---

#### 1 - Identificação e contatos da entidade adjudicante:

Designação da entidade adjudicante (\*)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas – Direção Regional de Políticas Marítimas

Serviço/órgão/pessoa de contato

Diretor de Serviços de Biodiversidade e Política do Mar – Gilberto Carreira

Endereço (\*)

Rua Cônsul Dabney, Colónia Alemã

Código postal (\*)

9900-014

Localidade (\*)

Horta

Telefone (00351)

292 202 400

Fax (00351)

292 240 890

Endereço eletrónico (\*)

info.drpm@azores.gov.pt

#### 2 - Objeto do contrato:

Designação do contrato (\*)

Aquisição de serviços de desenvolvimento e operacionalização do programa de observadores de megafauna a bordo de embarcações de tráfego local (POMET), no âmbito do projeto LIFE IP AZORES NATURA (LIFE17 IPE/PT/000010)

Descrição sucinta do objeto do contrato

O objeto do contrato consiste no desenvolvimento e operacionalização de um programa de observadores de megafauna a bordo de embarcações de tráfego local (POMET), no âmbito do projeto LIFE IP AZORES NATURA (LIFE17 IPE/PT/000010)

Tipo de contrato

aquisição de serviços (\*). Caso seja “Outro”, indique qual: [Clique aqui para introduzir texto.](#)

Classificação CPV (1) (\*)

73000000 – Serviços de investigação e desenvolvimento e serviços de consultoria conexos

#### 3 - Indicações adicionais:

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro? (\*) não

[Em caso afirmativo]

Modalidade (\*) - Escolha um item.

Prazo de vigência (\*):

- até: [Clique aqui para introduzir uma data.](#)

ou - por: [Clique aqui para introduzir texto.](#) meses ou [Clique aqui para introduzir texto.](#) anos

O concurso destina-se à instituição de um sistema de aquisição dinâmico? (\*) não

É utilizado um leilão eletrónico? (\*) não

É adotada uma fase de negociação? (\*) não

O contrato está reservado a entidades que operem no mercado com o objetivo principal de promover a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou socioeconomicamente desfavorecidas? (\*) não

A execução do contrato está limitada ao âmbito de programas de emprego protegido? (\*) não

4 - Admissibilidade da apresentação de propostas variantes (\*) não

5 - Divisão em lotes (\*) não:

[Em caso afirmativo]

Lote n.º (\*)

[Clique aqui para introduzir texto.](#)

Designação do lote (\*)

[Clique aqui para introduzir texto.](#)

Descrição sucinta do objeto do lote (\*)

[Clique aqui para introduzir texto.](#)

Classificação CPV (2) (\*)

[Clique aqui para introduzir texto.](#)

[repete-se para tantos lotes quantos se revelem necessários]

6 - Local da execução do contrato (\*)

País:

Portugal

Região/Distrito:

Região Autónoma dos Açores

Concelho:

Todos

Código NUTS (3):

Todas

7 - Prazo de execução do contrato (\*):

1065 dias ou [Clique aqui para introduzir texto.](#) meses

8 - Documentos de habilitação

Conforme exigidos pela Cláusula 22.<sup>a</sup> do Programa do Procedimento: a) Documentos previstos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP: i. Declaração a que se refere o n.º 2 do artigo 40.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, emitida conforme modelo constante do Anexo III do programa do procedimento; ii. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; Certificado de habilitações do coordenador da equipa de trabalho e documentos comprovativos de todas as formações e/ou ações mencionadas no respetivo curriculum; Certidão do Registo Comercial ou código de acesso à certidão permanente da empresa.

9 - É exigida a demonstração de outros elementos de habilitação relativos à capacidade económica e financeira e à capacidade técnica e profissional? (\*) não

[Em caso afirmativo]

Indicar os níveis mínimos de capacidade económica e financeira e de capacidade técnica e profissional e os documentos destinados a comprová-los (\*)

Clique aqui para introduzir texto.

10 - Acesso às peças do concurso e apresentação das propostas:

10.1 - Consulta das peças do concurso:

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados (\*)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas – Direção Regional de Políticas Marítimas

Endereço desse serviço (\*)

Rua Cônsul Dabney, Colónia Alemã

Código postal (\*)

9900-014

Localidade (\*)

Horta

Telefone (00351)

292 202 400

Fax (00351)

292 240 890

Endereço eletrónico (\*)

info.srmp@azores.gov.pt

10.2 - Meio eletrónico de fornecimento das peças do concurso e de apresentação das propostas:

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante [se aplicável] (\*)

As peças do procedimento serão disponibilizadas na plataforma eletrónica acinGov, disponível em <https://www.acinGov.pt>

10.3 - Preço a pagar pelo fornecimento das peças do concurso (se for o caso)

Clique aqui para introduzir texto.

11 - Prazo para apresentação das propostas ou das versões iniciais das propostas sempre que se trate de um sistema de aquisição dinâmico (\*):

Até às 23:59, hora de Portugal Continental horas do 25<sup>o</sup> dia a contar da data de envio do presente anúncio

12 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas (\*):

180 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

13 - Critério de adjudicação (\*)

proposta economicamente mais vantajosa

Se o critério for o da proposta economicamente mais vantajosa, indicar os fatores e eventuais subfactores acompanhados dos respetivos coeficientes de ponderação (\*)

K1 – Qualidade técnica da proposta – 60% avaliada esta por K.1.1 – Número de observadores de megafauna marinha, alocados em permanência à prestação de serviços, em cada ano – 40%; K.1.2 –

Número de observadores adicionais de megafauna marinha a afetar à prestação de serviços, nos meses de abril a novembro, em cada ano – 40%; K.1.3 – Experiência do coordenador da equipa técnica na organização/coordenação de programas de observação marinha – 20%; K2 – Preço – 40%

14 - Dispensa de prestação de caução sim

15 - Identificação e contatos do órgão de recurso administrativo:

Designação (\*)

Secretário Regional do Mar e das Pescas

Endereço (\*)

Rua Cônsul Dabney, Colónia Alemã

Código postal (\*)

9900-014

Localidade (\*)

Horta

Telefone (00351)

292 202 400

Fax (00351)

292 240 890

Endereço eletrónico (\*)

info.srmp@azores.gov.pt

Prazo de interposição do recurso:

Clique aqui para introduzir texto. dias

16 - Data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores (\*)

29-12-2022

17 - O procedimento a que este anúncio diz respeito também é publicitado:

No Diário da República? sim (\*)

No Jornal Oficial da União Europeia? não (\*)

18 - Outras informações

Nos termos da cláusula 4.<sup>a</sup> do caderno de encargos, o preço base da aquisição de serviços é de 164.656,00€ (cento e sessenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e seis euros), não incluindo o imposto sobre o Valor Acrescentado.

19 - Identificação do autor do anúncio:

Nome (\*) Gilberto Carreira

Cargo ou função (\*) Diretor de Serviços de Biodiversidade e Política do Mar

(\*) Preenchimento obrigatório.

(1) Cf. Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Common Procurement Vocabulary - CPV), instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 329, de 17 de dezembro de 2003 (retificado pela retificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 330, de 18 de dezembro de 2003), e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

(2) Idem.

(3) Cf. Regulamento (CE) n.º 1059/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 154, de 21 de junho de 2003, alterado pelo Regulamento (EU) n.º 868/2014, da Comissão, de 8 de agosto, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 241, de 13 de agosto de 2014.